



EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS FINAIS: ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGENS INCLUSIVAS

Beatriz Caroline Bispo Dias Ibanhez

Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF),

UNESP *Campus* Bauru

<http://lattes.cnpq.br/7682416647677425>

Catia Silvana da Costa

Docente credenciada no ProEF da UNESP *Campus* Bauru

<http://lattes.cnpq.br/3857947314718836>

<https://orcid.org/0000-0003-4217-6429>

catia.costa@unesp.br

Introdução

No decorrer da minha prática docente, atuando como professora de Educação Física (EF) nos anos finais do Ensino Fundamental na rede municipal da cidade de São Paulo, identifiquei alguns desafios, como o afastamento dos estudantes nas aulas e a fragmentação do trabalho com os temas relacionados à diversidade.

Na discussão sobre esse afastamento ou desinteresse escolar, Santos e Cruz (2024) propõe conceituar o seu antônimo, o interesse, que consiste na relação entre o sujeito e o objeto, ou seja, na relação entre os estudantes e o conteúdo selecionado pelos docentes. Os autores apontam, ainda, que dependendo da perspectiva teórica, o foco dessa relação poderá estar tanto sobre o conteúdo quanto sobre os estudantes.

Nas últimas décadas, Santos (2025) afirma que este tema tem chamado a atenção dos pesquisadores, sobretudo dos que estão na América Latina, principalmente após a democratização do ensino, que por um lado permitiu o acesso e a permanência da população mais pobre na escola, mas, de outro, apresenta dificuldades em fazer com que todos aprendam, acarretando o desinteresse escolar. Eles enfatizam que as causas são diversas e que não existe uma solução simples para um fenômeno complexo, uma vez que pode estar associado a repetição de conteúdos, a utilização de práticas metodológicas ultrapassadas e a vivência de situações de insucesso e exclusão nas aulas de EF. Apesar de não haver uma solução simples, apontam que é necessário investir na formação dos docentes (inicial e continuada), bem como implementar um currículo plural e construir um ambiente educacional inclusivo.





Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SME-SP), nos últimos anos, investiu na implementação dos currículos dos Povos Indígenas (São Paulo, 2019), dos Povos Migrantes (2021) e da Educação Antirracista (São Paulo, 2021), os quais consideram a diversidade e promovem um ambiente educacional acolhedor. No entanto, no meu cotidiano escolar, identifiquei que esses temas costumam ser debatidos nos meses comemorativos, estabelecidos pela rede – março, mês das mulheres, junho dos povos migrantes, agosto dos povos indígenas, setembro das pessoas com deficiência e, novembro, dos povos negros. Essa fragmentação contrasta com a realidade escolar, na qual os estudantes brancos, pretos, pardos, indígenas, migrantes com ou sem deficiência e com diferentes tipos de corpos e habilidades estão presentes o ano inteiro.

Além disso, Bossle (2019) ressalta que estamos vivendo um momento histórico, iniciado após a ruptura institucional de 2016, que culminou em ataques aos serviços públicos, principalmente à educação pública, com um discurso de defesa dos direitos econômicos, com a intenção de estabelecer um Estado Mínimo, fragilizar a democracia e disseminar uma guerra contra o conhecimento, especialmente o científico, que resultaram na reforma do Ensino Médio e na promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), englobando ainda mecanismos que facilitam a terceirização da educação pública.

A respeito da BNCC, o autor aponta que o documento representa uma política educacional que visa homogeneizar a cultura e as identidades dos estudantes, privilegiando grupos empresariais que tem como objetivo lucrar com a educação pública mediante sua terceirização. Nesse sentido, ao aceitarmos políticas educacionais que operam na lógica de mercado, compromete-se os valores humanos e ampliam-se as desigualdades

Considerando esses desafios, a EF enquanto componente curricular tem o potencial de colaborar para a valorização da diversidade ao elaborar e implementar estratégias pedagógicas que contemplem todos os estudantes. Afinal, como destaca Saviani (2021), a escola tem como função socializar os saberes que foram sistematizados ao longo do tempo e que são considerados essenciais para os processos de ensino e aprendizagem. Assim, a EF tem como papel ensinar os conhecimentos que foram construídos por meio do movimento, definidos por Soares *et al.* (1992) como a cultura corporal, que se refere às práticas corporais e/ou aos conteúdos que foram denominados de jogo, esporte, ginástica, dança, entre outras que, ao serem apreendidos pelos discentes, podem ampliar suas visões de mundo, ressignificando-as.





Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Como estratégias pedagógicas inclusivas podem ser elaboradas e implementadas nas aulas de EF para garantir a participação e a aprendizagem dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental?

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar e implementar estratégias pedagógicas inclusivas para as aulas de EF nos anos finais, promovendo uma aprendizagem que respeite e valorize as particularidades culturais, físicas e sociais dos discentes. E como objetivos específicos: identificar as barreiras que dificultam a participação dos estudantes do 8.º ano do Ensino Fundamental nas aulas de EF; analisar estratégias pedagógicas inclusivas elaborando e implementando-as nas aulas de EF para promover a inclusão e a aprendizagem dos estudantes; e avaliar o impacto das estratégias implementadas na participação, aprendizagem e percepção dos estudantes a respeito das aulas de EF.

Desenvolvimento

Em face de todos os desafios que a educação vem enfrentando nos últimos anos, compreender os conceitos de diversidade, diferença, educação inclusiva e aprendizagem é indispensável para a construção de um ambiente educacional mais plural e justo.

Sob essa ótica, Candau (2012) afirma que muitos dos direitos das crianças e dos adolescentes relacionados a diversidade e a educação inclusiva foram conquistados por meio de lutas da sociedade civil, baseados nos Direitos Humanos, que culminaram na assinatura de tratados internacionais e na promulgação de leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 e o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNEDH). Assim, Lima, Melo e Kassar (2024) afirmam que as crianças e os adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e a escola tornou-se o local garantidor, que adota mecanismos para transformá-los em cidadãos atuantes em suas comunidades. Nesse sentido, a educação baseada em Direitos Humanos deve permear todo o currículo escolar.

Nesse viés, Fernandes e Candau (2023) mencionam que um dos compromissos da educação é o de perceber a nossa humanidade, o que implica em reconhecer o outro que é diferente de mim. As autoras ressaltam que o não reconhecimento dessas diferenças levam ao silenciamento e a desumanização de pessoas ou de grupos, culminando em violências.

A diversidade é definida por Queiroz (2011) como as particularidades emocionais, cognitivas, afetivas e sociais dos indivíduos, bem como suas origens socioculturais e as motivações e interesse e as capacidades de cada pessoa. Em Fernandes e Candau (2022), a





diferença é conceituada como o processo social de produção das identidades, no qual a construção está associada as relações de poder e autoridade. Desse modo, a diferença deveria ser considerada como uma riqueza pedagógica e não como um problema a ser resolvido, uma vez que com base na diferença pode-se questionar os motivos pelos quais a escola tende a padronizar e homogeneizar as culturas, para então rompê-las.

Compreender as complexidades da diversidade e da diferença é o ponto central para o entendimento do conceito de educação inclusiva. Longe de ser apenas uma modalidade de ensino, Juca e Maldonado (2025) a definem como a educação no qual todos os estudantes tenham atendidos suas necessidades e interesses, valorizando a pluralidade.

Assim, a escola inclusiva, segundo Rodrigues (2003) além de se preocupar em eliminar as barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais, deve promover um ambiente colaborativo e acolhedor. O autor acrescenta que as aulas de EF são frequentemente percebidas como naturalmente inclusivas, o que nem sempre é confirmado na prática. Para que de fato a inclusão se realize, faz-se necessário investir na formação docente, além da remoção das barreiras estruturais e materiais e da adequação e diversificação dos conteúdos e tarefas visando a aprendizagem de todos os estudantes.

Para a efetivação de uma educação inclusiva, deve-se garantir, além do acesso e da permanência dos discentes na escola, também a sua aprendizagem. Para que a aprendizagem seja assegurada, é mister refletir a respeito do processo de ensino e aprendizagem. Freire (2024) afirma que para a construção do conhecimento é preciso reconhecer os saberes e as identidades culturais dos estudantes, combater qualquer tipo de preconceito, incitar a curiosidade epistemológica e promover o diálogo. Além disso, é necessário refletir sobre a prática para, então, transformar a si e o seu ambiente.

Com base nos objetivos de pesquisa, a abordagem metodológica adotada será qualitativa, do tipo pesquisa-ação. A pesquisa será realizada em uma escola municipal, localizada no extremo leste da cidade de São Paulo. Essa unidade escolar, segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) (São Paulo, 2025), atende 907 estudantes, distribuídos em 15 turmas no período da manhã e 15 turmas no período da tarde.

A pesquisa será realizada com uma das três turmas do 8.º ano, selecionada em razão dos horários das aulas, uma vez que a professora-pesquisadora tem a possibilidade de, além de utilizar a quadra, utilizar também outros espaços como o pátio. Esta turma tem 31 estudantes matriculados, sendo 18 meninas e 13 meninos. Entre eles, dois estudantes com deficiência e um



estudante migrante. Pretende-se realizar a intervenção em um período de seis aulas, no eixo temático de lutas, selecionado em virtude de seu potencial para a promoção da pluralidade cultural. E como recurso educacional será confeccionada uma revista digital para documentar todo o percurso da pesquisa.

Em uma conversa inicial, os estudantes serão informados sobre a pesquisa e convidados a participar. Na sequência, será agendada uma reunião com seus familiares e/ou responsáveis para apresentação dos objetivos da pesquisa e da intervenção, de sua importância e dos procedimentos que serão realizados. Com o assentimento dos estudantes e com a permissão dos familiares e/ou responsáveis serão enviados os termos de assentimento livre e esclarecido, de consentimento livre e esclarecido e o uso de imagem e voz para assinaturas.

As lutas são definidas por Rufino (2022) como uma das práticas corporais com grande relevância histórica e social que apresentam algumas características, como a imprevisibilidade das ações entre os sujeitos que a praticam de forma simultânea, ter um alvo simbolizado no corpo da outra pessoa que se movimenta, e com regras que se modificam em função da modalidade.

Na busca por uma educação inclusiva e plural, Fonseca, Peres e Ludovino (2023) afirmam que devemos não apenas diversificar o conteúdo, apesar de tal fato contribuir para o reconhecimento e a identificação dos estudantes com as práticas corporais, mas também romper com abordagens e metodologias que enfatizam puramente o rendimento e a técnica. Assim, para ampliarmos a participação dos estudantes devemos valorizar suas potencialidades, seus saberes e suas experiências. A relevância de se realizar pesquisas que analisam os processos didáticos-metodológicos do ensino das lutas em uma perspectiva crítica possibilita, segundo Ramos, Lima e Maldonado (2025), que os padrões predominantes de poder possam ser questionados e os conhecimentos anteriormente rejeitados tenham a oportunidade de aflorar na escola.

A intervenção iniciará com o planejamento participativo que, de acordo com Souza e Freire (2008), consiste em uma ferramenta eficiente nos processos de ensino e aprendizagem, haja vista que melhora a participação dos alunos nas aulas de EF. Além disso, é uma estratégia que dá voz para todos os envolvidos e possibilita fazer escolhas de forma coletiva e democrática, criando condições que favorecem a aprendizagem de todos.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados serão a observação participante, o diário de campo e o registro fotográfico das aulas. Após o período de coleta dos dados, estes





serão analisados e submetidos a análise de conteúdo, conforme as etapas propostas por Gomes (2007) – pré-análise, exploração do material e interpretação.

Referências bibliográficas

- BOSSLE, Fabiano. Atualidade e relevância na Educação Libertadora de Paulo Freire na Educação Física Escolar em tempos de “Educação S/A”. *In*: SOUSA, Claudio Aparecido de; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira. **Educação Física Escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempos de chumbo**. Volume 38. Curitiba, PR: CRV, 2019.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n.º 120, p. 715-726. jul.- set., 2012.
- FERNANDES, Yrama Siqueira; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos Humanos, Diferenças e Educação: desafios para o cotidiano escolar. **Revista Movimento: diálogos em educação**. v. 31, n. 1, p. 40 - 56, jan./abr., 2022.
- FREIRE, Paulo (1921-1997). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 78.ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2024.
- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LACERDA, Maria de Fátima de; SILVA, Maria Eleni Henrique da; Práxis corporal e unidades didáticas: desafios para a formação do “ser mais”. *In*: SILVA, Maria Eleni Henrique da; MARTINS, Raphael Moreira (organizadores). **Pressupostos Freireanos na Educação Física Escolar: ação e movimentos para a transformação**. Curitiba, PR: CRV, 2020.
- MELO, Charyze de Holanda Vieira; LIMA, Cláudia Araújo de; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Desafios na formação de educadores: direitos humanos e diversidade. *In*: FERREIRA, Lúcia Gracia; CRUZ, Lilian Moreira; FERRAZ, Roselane Duarte (organizadores). **Ensino, práticas pedagógicas e diversidade**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2024.
- RODRIGUES, David. A Educação Física perante a Educação Física Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física**, Maringá, PR, v. 14, n.º 1, p. 67-73, 1.º sem. 2003.
- RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto. A tematização das lutas nas aulas de Educação Física: uma análise a partir dos avanços e retrocessos da BNCC. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, PR, [S. l.], v. 25, p. 1-20, 2022.
- SANTOS, Edvander Ramalho dos; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Por que se interessar pelos estudos? Uma perspectiva histórica do conceito de interesse na Educação Ocidental. **Revista Imagens da Educação**, Maringá, PR, v. 14, n.º 4, p. 136-157, out.dez., 2024.
- SÃO PAULO. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental componente curricular: Educação Física**. 2.ª ed. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Pedagógica, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e Especificidade da Educação. *In*: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- SOARES, Carmen Lúcia *et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física**. 2.ª ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

Área temática: Abordagens Metodológicas e Processos de Ensino e Aprendizagem